

Um olhar brasileiro sobre as Afro-Américas

lacy Maia Mata*
Letícia Gregorio Canelas**
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior***
Ynaê Lopes dos Santos****

Em 2019, a *Revista Eletrônica da ANPHLAC* (Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas) publicou o dossiê *Afro-Américas*, organizado por Eric Brasil e Letícia Canelas.¹ Os dois autores produziram teses sobre o Caribe, enfocando temas como raça, escravidão e pós-emancipação, e reuniam em torno de si pesquisadores interessados nos estudos afro-americanos.² Aquele dossiê, precedido por organização de mesas em eventos acadêmicos, foi resultado de um primeiro esforço sistematizado de articulação de uma rede de historiadores dos estudos afro-americanos no Brasil. A publicação reuniu trabalhos sobre categorias e representações raciais nos Estados Unidos e Haiti, lutas dos trabalhadores por moradia em Barbados no pós-abolição, segregação e resistência dos afro-americanos na virada no final do século XIX e início do XX, transnacionalização do movimento negro estadunidense, pensamento feminista afro-americano, a revista *Tricontinental* e as relações entre Cuba e os Estados Unidos, entre outros.

* Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e integrante da Linha de Pesquisa “Escravidão e invenção da liberdade”.

** Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora de Pós-doutorado do Departamento de História (FFLCH) da Universidade de São Paulo.

*** Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor adjunto e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História Global da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

**** Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora de História da América da Universidade Federal Fluminense (UFF).

1 BRASIL, Eric; CANELAS, Letícia. Apresentação do Dossiê: Afro-Américas. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, Macapá, v. 27, p. 1-11, 2019.

2 BRASIL, Eric. **Carnavais atlânticos**: cidadania e cultura negra no pós-abolição – Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920). 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. CANELAS, Letícia Gregorio. **Escravidão e liberdade no Caribe francês**: a alforria na Martinica sob uma perspectiva de gênero, raça e classe (1830-1848). 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

O campo de estudos sobre as experiências e contextos históricos que envolvem os povos de ascendência africana nas Américas tem se consolidado como uma área de pesquisa significativa, buscando dialogar especialmente com os movimentos sociais, culturais e políticos racialmente definidos e respondendo à crescente demanda por reflexões sobre a diáspora africana. Nesse contexto, o termo “Afro-Américas” surge como uma construção teórica e política que procura abranger a complexidade das vivências afrodescendentes no continente americano. Sua genealogia reflete não apenas os debates acadêmicos, mas também os processos históricos e as lutas sociais que reivindicam novas narrativas e perspectivas sobre identidade, cultura e resistência.

Nos Estados Unidos, o etnônimo *African American* foi amplamente popularizado entre as décadas de 1980 e 1990, em grande parte devido a líderes do movimento negro no país, como o reverendo Jesse Jackson, que passaram a promovê-lo como uma alternativa ao termo *black*. O etnônimo foi oficialmente reconhecido no *Oxford English Dictionary*, em 2001, que rastreou o uso documentado do termo *African American* até 1835. No entanto, em pesquisa recente, Fred Shapiro revelou uma ocorrência registrada no ano de 1782, em um sermão anticolonial publicado por um autor anônimo identificado como um “*African American*”. Em seu artigo, Shapiro menciona que a expressão análoga *Afro-American* teve uma breve popularidade nos anos 1960.³ Na América do Sul, o termo também circulava: o antropólogo uruguai Ildefonso Pereda Valdes, por exemplo, em 1938, publicou o livro *Línea de color – ensayos afro-americanos*.⁴

Em 2004, George Andrews lançou a obra *América Afro-Latina: 1800-2000* (tradução publicada em 2007 no Brasil), na qual apresenta uma síntese comparativa da história dos afrodescendentes em diferentes regiões da América Latina, ao longo de 200 anos. O historiador retoma o termo “América Afro-Latina” (em inglês, *Afro-Latin America*) e sua conceitualização dos trabalhos de dois intelectuais especialistas em questões raciais na América Latina, Anani Dzidzienyo (1978) e Pierre-Michel Fontaine (1980).⁵ A expressão foi definida por estes autores e retomada por Andrews para designar as regiões da América Latina onde são encontrados números significativos de “pessoas de conhecida ascendência africana”. Nessa definição, América Latina é entendida como o conjunto de nações americanas colonizadas e dominadas por Portugal e Espanha entre os séculos XVI e XIX. Andrews estabelece um “limiar de significância” de um mínimo de 5 a 10% do total da população de indivíduos afrodescendentes para que a região ou nação seja considerada como parte da “América Afro-Latina”. Segundo o historiador, esse nível parece tornar a

3 SHAPIRO, Fred. The origin of “African American”: The term’s earliest known appearance in print is in an eighteenth-century sermon. *Yale Alumni Magazine*, jan./fev. 2016. Disponível em: <https://yalealumnimagazine.org/articles/4216-the-origin-of-african-american>. Acesso em: 3 dez. 2024.

4 VALDES, Ildefonso Pereda. *La Línea de Color – ensayos afro-americanos*. Santiago de Chile: Ediciones Ercilla, 1938.

5 DZIDZIENYO, Anani. Activity and Inactivity in the Politics of Afro-Latin America. *SECOLAS Annals*, n. 9, p. 48-61, 1978. FONTAINE, Pierre-Michel. The Political Economy of Afro-Latin America. *Latin American Research Review*, v. 15, n. 2, p. 111-141, 1980.

“negritude” um “elemento visível em sistemas de estratificação e desigualdade social, e que a cultura de origem africana — padrões de sociabilidade e expressão de grupo — torna-se parte visível da vida nacional”.⁶

O conceito elaborado por Dzidzienyo e Fontaine se tornou referência para vários pesquisadores que têm utilizado o conceito de “América Afro-Latina” ou estudos afro-latino-americanos. Entretanto, não deixa de ser fascinante constatar que antes disso o termo já era usado pelo Movimento Negro Unificado (MNU) no Brasil. Enquanto os etnônimos como “afro-cubano” e “afro-brasileiro” foram criados na primeira metade do século XX,⁷ o uso do termo “Afro-Latino-América” aparece na década de 1970, na cidade de São Paulo, em meio a um grupo de ativistas e intelectuais negros, muitos dos quais participaram da fundação do MNU em 1978. Nesse período, Dzidzienyo e Fontaine realizavam suas pesquisas no Brasil; especialmente o primeiro teve grande envolvimento com o movimento negro brasileiro e se fez presente e atuante no 3º Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro) em 1982.⁸ Aquele grupo de ativistas e intelectuais negros, quando tiveram a oportunidade de publicar uma seção regular na revista *Versus*, denominaram a coluna de “Afro-Latino-América”, na qual publicaram artigos e comentários voltados para questões raciais e lutas sociais, não apenas no Brasil, mas também na África, nos Estados Unidos e na diáspora africana, em 20 números do periódico, entre 1977 e 1979.⁹ Corroborando com a afirmação de Andrews, “assim foi cunhado um conceito transformador que reverberou por toda a diáspora”.¹⁰

Pensando principalmente do ponto de vista das instituições de pesquisa brasileiras, do olhar sobre o continente e de sua história compartilhada, acreditamos ser mais apropriado e amplo falarmos de “Afro-Américas” — incluindo assim estudos sobre a Jamaica, Barbados e Estados Unidos —, mas procurando manter uma relação intrínseca com a fundamental história social do termo “Afro-Latino-América”. Essa opção se revelou abrangente e útil para se referir às regiões onde a presença africana e afrodescendente se destacou na história e marca o presente de várias localidades nas Américas e no Caribe.

Na mesma época do Grupo Afro-Latino-América, outra importante fundadora do MNU, a historiadora e socióloga Lélia Gonzalez, jogou luz sobre outro conceito fundamental: a Améfrica Ladina.¹¹ A intelectual e ativista negra aprofundou o significado do termo

6 ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina**: 1800-2000. São Carlos: Ed. da Ufscar, 2007, p. 29-30.

7 ANDREWS, George Reid. Afro-Latin America by the Numbers: The Politics of the Census. **ReVista: Harvard Review of Latin America**, v. XVII, n. 2, jan. 2018. Disponível em: <https://revista.drclas.harvard.edu/afro-latin-america-by-the-numbers/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

8 SILVA, Julio Menezes. Anani Dzidzienyo (1941-2020) – africano pioneiro nos estudos das relações étnico-raciais no Brasil. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/anani-dzidzienyo-1941-2020-africano-pioneiro-nas-relacoes-etnico-raciais-no-brasil/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

9 RODRIGUES, Fabiana de Cássia. Origens históricas da pauta educacional do Movimento Negro Unificado (MNU): uma análise do suplemento “Afro-latino-América” do jornal *Versus*. **Projeto História**, São Paulo, v. 78, p. 68-96, set.-dez. 2023.

10 ANDREWS, op. cit., 2018.

11 GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexism na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio

cunhado por M. D. Magno,¹² e desenvolveu o conceito de *amefrikanidade*. Para Lélia, seria fundamental não só revisitar as ancestralidades africanas e indígenas que compunham o Brasil, mas também pensar uma identidade política que ultrapassasse as fronteiras nacionais na luta contra o racismo, experiência compartilhada em todas as Afro-Américas.¹³

Trabalhos sobre as Afro-Américas produzidos por brasileiros têm sido veiculados há décadas no Brasil – a *Afro-Ásia* e a *Revista Brasileira do Caribe*, para citar apenas duas revistas, abrigam importantes artigos do campo. Estudos afro-americanos desde o Brasil tampouco são recentes, temos a nossa própria história de um olhar apurado sobre as relações raciais no continente. Além dos estudos já mencionados de Lélia Gonzalez e outros intelectuais ligados ao MNU a partir de 1978, ainda no início do século XX, Manuel Bomfim propôs uma análise centrada no Brasil, mas em diálogo com a América Latina, para questionar alguns dos pressupostos que ordenaram o racismo científico e a forma como as populações negras da Afro-América eram tratadas pelas elites intelectuais e políticas dos seus respectivos países.¹⁴ Anos mais tarde, os escritos do sociólogo e historiador Clóvis Moura já colocavam os estudos sobre os quilombos brasileiros numa perspectiva afro-americana, sublinhando uma série de proximidades com a *marronagem*.¹⁵

Em 1982, Ciro Flamarion Cardoso publicou um pequeno livro de síntese sobre os sistemas escravistas no continente americano, intitulado *A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo*. Naquela obra, Cardoso afirma que convém reservar a denominação de “Afro-América” apenas para a parte do continente onde a escravidão africana chegou a ser a relação de produção predominante; onde, portanto, a presença de africanos e afrodescendentes teve maior importância.¹⁶ Ao retomarmos o termo no plural, buscando ainda conectar com as noções de *Afro-Latino-América* e *América Ladina* elaboradas a partir dos movimentos sociais e intelectuais negros brasileiros, procuramos deixar mais fluidas as fronteiras que definem as “Afro-Américas”. Dessa forma, procuramos dialogar com bases teóricas enraizadas na experiência interseccional de raça, classe e gênero, e com pesquisas mais atuais do campo dos estudos afro-americanos e/ou afro latino-americanos.

Só é possível falar de Afro-Américas desde o Brasil porque temos uma larga história de estudos sobre escravidão, pós-abolição e relações raciais. A fundação do Centro de Estudos Afro-Orientais em 1959, na Universidade Federal da Bahia, e do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, em 1973, na Universidade Cândido Mendes são apenas exemplos mais

de Janeiro, 31 out. 1980.

12 M. D. MAGNO. **América Ladina**: introdução à uma abertura. Seminário do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, 1980.

13 RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Lélia Gonzalez. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

14 BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008 [1905].

15 MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5^a ed. São Paulo: Anita Garibaldi/ Fundação Maurício Grabois, 2014 [1959]. MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

16 CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **A Afro-América**: a escravidão no Novo Mundo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

visíveis de um esforço sistemático de historiadores, antropólogos, sociólogos e ensaístas brasileiros de decifrar as origens e os mecanismos de reprodução do racismo no país e de investigar não só as desigualdades sociais racializadas, mas a história, a cultura, as formas de resistência e organizações negras. As revistas *Afro-Ásia*, fundada em 1965, e a *Revista Estudos Afro-Asiáticos* (1978), ligadas a estes centros de pesquisa, são testemunhos da pujante interdisciplinar produção brasileira sobre relações raciais.¹⁷

O desenvolvimento de um campo de estudos afro-americanos no Brasil também é tributário das pesquisas de excelência sobre escravidão e pós-abolição produzidas nas universidades brasileiras. Desde a década de 1970 até a chamada Nova História da Escravidão, diferentes aspectos das relações escravistas e dos destinos dos libertos no pós-abolição têm sido perscrutados. Não é possível enumerar aqui a infinidade de trabalhos de excepcional qualidade produzidos durante os últimos 50 anos, que versam sobre a violência da escravidão, revoltas, alforrias, família escrava, leis emancipacionistas, abolicionismo e, mais recentemente, a condição de mulheres e crianças escravizadas – além de muitos outros temas. Os já consolidados campos de estudos sobre os Mundos do Trabalho e o Pós-Emancipação, reunindo trabalhos sobre associativismo, trabalhadores negros, greves, imprensa negra, participação política e significados da liberdade, entre outros temas, têm ampliado enormemente o escopo das pesquisas sobre raça, racismo e racialização na sociedade brasileira.

A construção de uma rede de pesquisadores brasileiros sobre as Afro-Américas vem se somar a este empenho, com a esperança de coadjuvar, a partir de um olhar transnacional, para ampliar as pesquisas sobre racismo e antirracismo no continente. Este novo dossiê, em conjunto com o publicado pela *Revista Eletrônica da ANPHLAC* em 2019, reúne pesquisadores/as brasileiros/as que têm produzido promissores trabalhos sobre escravidão, liberdade, lutas por direitos, processos de racialização, ativismo e imprensa negra nas Afro-Américas. A sua publicação pode contribuir para complexificar a história nacional, ampliar a possibilidade de abordagens de histórias comparadas e conectadas e os estudos sobre fronteira a partir das experiências negras.

O dossiê *Afro-Américas: raça, trabalho e direitos*, que publicamos no volume 16 da *Revista Mundos do Trabalho*, aprofunda o debate em torno da construção histórica dos marcadores raciais e da persistência do racismo antinegro, aspectos que moldaram as estruturas sociais das Américas na longa duração, desde o período colonial até a atualidade. Os artigos que compõem o dossiê articulam processos históricos de fôlego à diversidade das experiências

17 Infelizmente, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos e a *Revista de Estudos Afro-Asiáticos* não existem mais, mas a *Afro-Ásia* e o Centro de Estudos Afro-Orientais estão a todo vapor. O CEAO abriga inclusive um Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, criado em 2005, com uma perspectiva multidisciplinar.

afro-americanas, revelando como as trajetórias e mobilizações das populações negras confrontaram a exploração e a desigualdade racial. Os/as autores/as são pesquisadores/as brasileiros/as, cujas pesquisas analisam diferentes localidades das Américas, numa perspectiva que dialoga com estudos da Diáspora africana e seu caráter constitutivo das sociedades americanas.

Os trabalhos aqui reunidos analisam, sob diferentes enfoques e períodos históricos, as formas como a racialização influenciou práticas sociais e relações de trabalho, marcando profundamente as comunidades negras e a formação das sociedades americanas. Além disso, recuperam interseções entre gênero, raça e classe, esmiúçam lutas por direitos e desvendam estratégias de resistência política e cultural, demonstrando a complexidade e a diversidade das vivências afro-americanas no contexto da escravidão e do pós-abolição.

Em *Contribuições silenciadas: homens livres de cor durante a Revolução Francesa (1789-1791)*, Bethânia Pereira examina a atuação política dessa população enquanto buscava representação na Assembleia Nacional francesa. Pereira analisa um documento da Sociedade dos Colonos Americanos, que defendia os direitos das pessoas negras, mostrando as tensões entre os discursos revolucionários franceses e a manutenção da desigualdade racial. Esse estudo expande o escopo do dossiê ao conectar as experiências afrodescendentes das Américas às lutas por cidadania e igualdade na Europa.

Marcelo Ferraro, em *Escravidão e resistência em Matanzas: trabalho, direitos e raça na crise do cativeiro em Cuba, 1868-1886*, investiga as formas de resistência dos trabalhadores escravizados e patrocinados nas plantações de açúcar de Matanzas, propondo uma nova periodização das lutas no longo século XIX. Esse estudo evidencia como essas ações estabeleceram precedentes para as reivindicações trabalhistas no pós-abolição em Cuba, destacando a centralidade da resistência negra no processo de abolição e contribuindo para uma compreensão das temporalidades de resistência no Caribe.

Avançando para o contexto sul-americano, o artigo de Fernanda Oliveira, *História e racialização do gênero no pós-abolição uruguai: o ativismo de Iris Cabral e Maruja Pereyra como parte do repertório das lutas por cidadania (Montevidéu, 1930-1950)*, investiga o ativismo das mulheres negras no Uruguai. De maneira interseccional, Oliveira analisa como as figuras de Cabral e Pereyra, envolvidas no movimento sufragista, desafiaram as estruturas de gênero e raça, ampliando o entendimento das lutas por cidadania afrodescendentes no continente.

De forma convergente, Petrônio Domingues e Carlos Eduardo Francisco, no artigo intitulado *Zenón Rolón: um negro de duas almas na Argentina pós-abolição*, examinam a repercussão de um manifesto publicado em 1877 por um maestro e compositor afro-argentino. A polêmica obra criticava a organização da comunidade negra na Argentina, dividindo opiniões entre os intelectuais e a imprensa afrodescendente. Os autores percorrem

os debates sobre identidade e representação na Argentina pós-abolição, revelando as divisões internas e as tensões culturais que marcaram o período.

Também, contamos um artigo que aborda as nuances e contradições do mito da democracia racial no Brasil. Em *Branquitude em evidência: os significados disputados do Dia da Raça na Era Vargas*, Lucas Koutsoukos-Chalhoub investiga o Dia da Raça, instituído durante a Era Vargas, mostrando como o feriado reforçava a supremacia branca ao mesmo tempo em que promovia uma narrativa de inclusão racial. Com efeito, Chalhoub revela as contradições da ideologia de democracia racial no período, quando o discurso em torno das virtudes da miscigenação coexistia com a manutenção da centralidade da branquitude.

Outro aspecto importante das lutas afro-americanas por reconhecimento e cidadania é explorado por Leticia Sousa Campos em “*Velhos e por isso insuficientes para o serviço*”: os africanos livres do Colégio Pedro II (1838-1886). Campos examina as condições de trabalho e os modos de resistência dos africanos livres que prestaram serviços ao Colégio Pedro II, revelando a precariedade enfrentada por esses trabalhadores, mesmo após a emancipação. O artigo lança uma perspectiva crítica sobre a interdependência entre racismo e capitalismo no Brasil imperial.

Esses artigos não apenas aprofundam nossa compreensão sobre raça, trabalho e direitos nas Américas, mas também revelam como as experiências afro-americanas desafiaram as estruturas de poder, contribuindo para a construção de formas de resistência e para a luta por cidadania. Esperamos que esta coletânea inspire novas investigações e reflexões sobre as complexas interações entre raça, gênero, trabalho e política no continente americano.